

## Prática Cotidianas e Construção dos Lugares: História e Memórias na Região de Citrolândia.

## Practice daily and Construction of Places: History and Memories in the Citroland Region.

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v13i1.3115>

*Luciana da Costa e Souza*

Assistente Social e Mestranda do Centro Universitário UNA  
lucianacs@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-8441-4531>

*Alexandra Nascimento Passos*

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)  
Professora do CEFET/MG e do Centro Universitário UNA

 <http://orcid.org/0000-0003-0035-547X>

Recebido em: 27/07/2020 – Aceito em 11/08/2020

**Resumo:** O trabalho apresenta as primeiras impressões de um estudo que tem como objetivo analisar as relações construídas entre os moradores da região do Citrolândia e seus espaços. A singularidade desse lugar, localizado no município de Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, se expressa em sua formação. A ocupação teve início em 1940 no entorno de uma cidadela, a Colônia Santa Isabel, criada pelo poder público para isolamento e segregação de pessoas com hanseníase em 1930. A abertura dos espaços da Colônia ocorre na década de 1980, período no qual a região do Citrolândia, que até então era o destino dos familiares dos atingidos pela doença para moradia, passa a ser ocupada por outros grupos, recebendo novos moradores. Ao considerar que na dinâmica histórica não só o passado alimenta o presente, como também, o presente reconstrói as experiências do passado, busca-se desvelar por meio da memória as lacunas da história desse lugar. Assim, os relatos orais dos moradores que ali permaneceram até os dias atuais são analisados como expressões de suas práticas na construção desses espaços, apropriados e resignificados cotidianamente, convertendo-os lugares de memória.

**Palavras-chave:** Cidades; História; Memória

**Abstract:** The work presents the first impressions of a study that aims to analyze the relationships built between residents of the Citrolândia region and their spaces. The uniqueness of this place, located in the municipality of Betim, in the Metropolitan Region of Belo Horizonte, is expressed in its formation. The occupation began in 1940 in the vicinity of a citadel, Colônia Santa Isabel, created by the public authorities for isolation and segregation of people with leprosy in 1930. The opening of the Colony spaces takes place in the 1980s, a period in which the Citrolândia, which until then was the destination of family members of those affected by the disease for housing, is now occupied by other groups, receiving new residents. When considering that in the historical dynamics, not only does the past feed the present, but also the present reconstructs the experiences of the past, it seeks to reveal through memory the gaps in the history of that place. Thus, the oral reports of the residents who remained there until the present day are analyzed as expressions of their practices in the construction of these spaces, appropriated and re-signified daily, converting them into places of memory.

**Keywords:** Cities; Story; Memory



## Introdução

As cidades se apresentam, contemporaneamente, nas discussões das ciências sociais e humanas como espaços/tempos múltiplos e diversos, que comportam aspectos do local e do global, simultaneamente. Estas também abarcam elementos que compõem traços distintivos entre seus espaços/tempos, os lugares, compreendidos como um

espaço material onde se inscrevem os atos de gerações e onde o processo de apropriação aparece como condição necessária à vida que se realiza no e através do uso. Mas o uso não é um simples ato de consumo, ele coloca acento sobre as relações entre as pessoas com o espaço no plano do imediato, no nível das relações de vizinhança, na construção de uma identidade concreta (CARLOS, 2007 p. 43)

A formação e o estabelecimento dos lugares não se dão somente pela via material, se processando também de forma simbólica, pois as relações entre os moradores e seus espaços se constituem não apenas na construção dos espaços, mas também nas lembranças compartilhadas. Este trabalho se propõe a compreender as relações estabelecidas na região do Citrolândia, localizada no município de Betim a partir das memórias dos moradores daquele lugar.

Como a “memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade tanto individual como coletiva, (POLLAK, 1992 p. 5) ela possibilita o desvelamento das lacunas na construção do lugar, já que, “ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992 p. 5).

As relações construídas entre os moradores e os espaços que conformaram a região do Citrolândia serão analisadas como expressões de práticas cotidianas, ou melhor, como “lugares da prática que se descrevem em ato, revelam a vida cotidiana enquanto prática sócio-espaço-temporal[...] base sobre a qual se constrói a memória” (CARLOS, 2018 p. 5).

A noção acerca da singularidade desse espaço/tempo se refere ao processo de formação e consolidação daquele lugar, em estreita relação com o ideal civilizatório da época, na qual o país buscava se constituir como nação por meio de um projeto de sociedade vinculado à modernidade. Esse padrão de desenvolvimento pautado na industrialização e na modernização do país foi adotado pelo governo autoritário da época, o Estado Novo, e dava o tom no processo de urbanização retirando da paisagem das cidades tudo o que pudesse simbolizar o atraso decorrente da inserção tardia do Brasil no sistema capitalista.

Na década de 1930, surgiram as primeiras preocupações do Estado em elaborar políticas sociais, dentre as quais uma política de habitação: os debates sobre moradia revelavam os interesses de um país que se industrializava, e que percebia a habitação como condição de reprodução da força de trabalho. Segundo Bonduki (2004),

[...] o objetivo dos governos desenvolvimentistas era estimular a criação de uma solução habitacional de baixo custo na periferia, visto ser ela conveniente para o modelo de capitalismo

<sup>1</sup>Betim era conhecida como Arraial de Capela Nova de Betim e seu território pertenceu inicialmente à Vila Real de Sabará, posteriormente à Santa Quitéria, atual Esmeraldas, se tornando município em 1938.



que se implantou no país a partir de 1930, por manter baixos os custos de reprodução da força de trabalho e viabilizar o investimento na industrialização do país (BONDUKI, 2004, p.12).

Além da política habitacional também havia uma institucionalização nascente de políticas voltada às questões da saúde. O Estado brasileiro buscou, dessa maneira, estabelecer formas de controle sobre a nascente camada da população que ia trabalhar nas indústrias e ocupar o espaço urbano, institucionalizando várias medidas sanitárias de viés higienista que culminaram na criação dos hospitais-colônia para isolamento das pessoas com hanseníase.

A Colônia Santa Isabel foi uma dentre as várias instituições criadas em decorrência dessa política sanitária. Tal projeto se materializou em uma cidadela projetada pelo urbanista Lincoln Continentino, inaugurada em 1930 sendo sua localização referenciada a partir da capital Belo Horizonte, pois Betim como município sequer existia<sup>1</sup>.

As pretensões estatais se efetivaram por meio da criação desse espaço planejado sob os auspícios do ideário higienista de contornos modernos, no qual toda uma infraestrutura urbana composta por iluminação pública, energia elétrica, água encanada, praças e arruamento estava presente, apesar dos modos de vida da população da época serem predominantemente rurais (BETIM, 2010).

Ao lado desse espaço planejado e regulado pelo Estado foram se fixando gradualmente alguns grupos, em seus primórdios compondo-se, principalmente, por familiares das pessoas internadas na Colônia. Assim, os terrenos ali localizados iam sendo ocupados até ganharem contornos de um povoado, sendo chamado originalmente de Limas e posteriormente Citrolândia. Este lugar será compreendido a luz da singularidade que a sua formação e consolidação expressa. Singularidade porque carrega em torno de sua construção material e imaterial as experiências vividas, ora de sofrimento, ora de esperança, que estão associadas à essa cidadela.

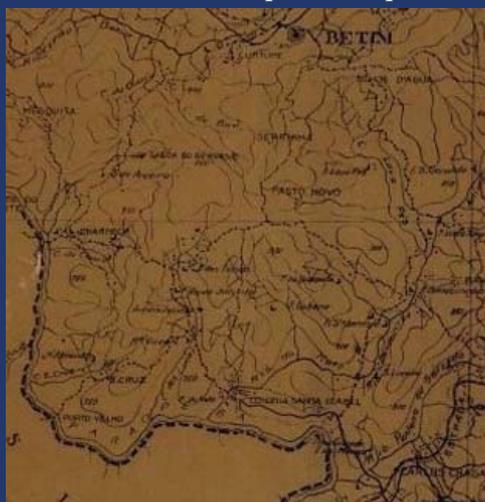


Figura 1 - Recorte do mapa de Betim em 1939<sup>2</sup>

A permanência histórica de uma memória coletiva associada ao medo desse outro, percebido como perigoso, que anteriormente se dirigia à lepra e aos lugares em que a doença poderia estar presente, como é o caso de Citrolândia, re-

<sup>2</sup>O mapa foi modificado pelas autoras e pertence ao Estado de Minas Gerais Município de Betim - Secretaria de Viação - 1939



sultou em efeitos no tempo presente. Os moradores de Citrolândia são marcados em sua relação com a cidade pelos vestígios deste medo construído e legitimado na esfera pública pelo Estado.

As repercussões deste passado não se encerraram com o decorrer do tempo, ecoando no espaço e nas relações construídas entre os moradores dali e da cidade sustentando uma dinâmica que sustenta e conserva a segregação socio espacial nos dias de hoje.

Opera-se uma espécie de fetiche do perigo do lugar, ou seja, se transpõem sentidos que encobrem a conflitividade humana e social (BATISTA, 2010) atribuindo ao lugar o rótulo da periculosidade e da desordem. Essa imagem ao pairar sob o Citrolândia revela este espaço para a cidade como um lugar que oferece não apenas perigo mas um tipo de pertencimento, de enraizamento ao possibilitar a fixação dos moradores a uma fração, mesmo que restrita, da cidade.

O Citrolândia, ao ser reconhecido como espaço construído e determinado pelas desigualdades inerentes à sociedade brasileira constituiu-se como um lugar não só de existência, como também um “lugar de memória”. Esta categoria será trabalhada sob a perspectiva conceituada por Pierre Nora (1993) que a entende como uma âncora material da memória coletiva de seus moradores, e ainda, como um espaço particular que reúne a lembrança de um grupo (POLLAK, 1992).

Alguns pontos acerca do surgimento do lugar são descritos de maneira recorrente pelos moradores se trazem em seu cerne a problemática da regulação e do controle estatal no que tange à gestão e organização da vida das famílias. Um destes pontos se referem à separação sistemática e imediata entre as crianças recém-nascidas e os pais, efetivada como uma medida governamental comum na época, com vistas a impedir o contágio pela doença. Tal medida apareceu nos relatos como elemento motivador para saída da Colônia Santa Isabel.

Outro fator abordado pelos moradores era a manutenção da proximidade para acessar os serviços assistenciais em saúde proporcionados pelo hospital-colônia. Alguns indivíduos que saíram da Colônia ainda tinham a doença, tornando a manutenção do tratamento necessária, o que acarretou a fixação da moradia na área contígua, que veio a tornar-se o Citrolândia.

A questão da discriminação vivenciada pelos familiares dos sujeitos internados na Colônia em suas localidades de origem também é indicada como elemento que contribuiu para a ocupação das terras vizinhas ao leprosário.

Meus pais antes eram moradores da Colônia Santa Isabel e depois mudaram pra criar meus irmãos fora da Colônia né? É... porque eles tinham perdido um filho, que não se explica, sem o atestado de óbito. [...] Quer dizer... eles fizeram coisa que muitos não tiveram coragem de fazer e deixaram os filhos ficarem lá, pra ficar [...] Mas aí ficavam naquele abandono e meus pais não quiseram isso, resolveu criar os filhos deles do jeito deles (Edelvais)<sup>3</sup> (Entrevista realizada em abril de 2019).

Ao abordar a saída da Colônia como um gesto de coragem dos pais, a entrevistada expõe a complexidade da questão que os vinculava ao lugar,

<sup>3</sup>A identificação das pessoas entrevistadas se dará por nomes de flores a fim de preservar o anonimato.

<sup>4</sup>O estado de Minas Gerais abrigou seis instituições do tipo, sendo três em Belo Horizonte, uma em Juiz de Fora, uma em Varginha e outra em Araguari. O termo creche não deve ser compreendido como o é, na atualidade, pois não eram espaços que não tinham como objetivo promover o acesso à educação e sim o acolhimento institucional das crianças.

<sup>5</sup>Lei 23.137 de 10/12/2018, Estado de Minas Gerais.



pois, sair da Colônia incluía a perda de um espaço com toda uma infraestrutura urbana e assistência do Estado para garantia de suas vidas – habitação, alimentação, trabalho. Contudo a permanência implicava a aceitação do controle estatal sobre suas vidas, incluindo, a separação compulsória dos filhos e filhas de seus pais.

A dissolução dos vínculos familiares sucedia-se de duas maneiras: caso a criança tivesse a doença ela era encaminhada ao pavilhão das crianças do hospital-colônia, caso contrário, eram levadas aos preventórios, instituições administradas pela sociedade civil numa perspectiva caritativa e que recebiam diferentes denominações como educandários, pupileiras e creches<sup>4</sup>.

Há relatos de crianças que foram entregues para estranhos através de adoção sem qualquer registro e dadas como mortas aos genitores biológicos, assim como, registros que apontam para ocorrência sistemática de violência institucional e trabalho infantil nessas instituições (BRASIL, *et al.*, 2012).

Atualmente encontra-se em curso medidas de reparação por parte do Estado brasileiro que reconheceu a violação aos direitos humanos dessas pessoas, sendo o Estado de Minas Gerais o primeiro do país a aprovar uma lei<sup>5</sup> autorizando as indenizações aos filhos e filhas separados.

Aí eu era jovem, ainda criança, aí já comentava que aqui chamava Limas. Aqui chamava Limas e as mulheres que ganhavam neném lá fugiam pra aqui. Algumas fugiram lá pra uma rua que é chamada Vila Rica. Antigamente tinha o nome de Quebra Galho. Porque diz que as mulheres que ganhava neném lá, elas pegavam os neném pra carregar né. Então a Dona Fia, a Dona Geni aí diz que elas quando ganhou menino veio e escondeu nesse lugar, na Vila Rica. Tanto que lá fala é Quebra Galho. Porque elas escondiam lá com os neném e as pessoas falavam: o quê que você tá fazendo aqui? Ela falou assim: eu tô aqui pra quebrar um galho! Que tava escondendo com os filhos. Então aqui chamava Limas (Acácia) (Entrevista realizada em julho de 2019).

O relato acima tratou mais detidamente dos primeiros lugares que foram ocupados em Citrolândia na tentativa de se evitar a separação e retirada dos filhos e filhas. A criação do espaço conhecido como Quebra-Galho encontra um possível eco na bibliografia pesquisada de modo um pouco diverso. Segundo Lana (1997) a invasão do terreno que foi chamado Quebra-Galho se deu por volta da década de 1960 após várias tentativas de remoção daqueles moradores. Aí falei com o pessoal: “quem quiser fazer seus barracos vai escolhendo seus lotes lá em tal lugar assim, assim. Eu vou quebrar o galho de vocês. Ah prá que. O nome lá é Quebra Galho.” (entr.7); (LANA, 1997 p. 173).

Na pesquisa de Lana (1997) também se apresentam descrições e histórias relacionadas à ocupação do espaço de Citrolândia como uma possibilidade de evitar o rompimento de vínculos e permitir aos familiares relações sociais menos afetadas pela discriminação que predominava na época em decorrência do estigma da doença.

A ocupação das terras ao redor da Colônia como um recurso utilizado pelos familiares a fim de manter os vínculos com seus membros, simultaneamente, à busca de certa autonomia da esfera governamental, bem como a resistência à discriminação social experienciada nos domicílios



de origem também se destacam nos relatos do tempo presente.

Porque várias pessoas, da família, ou algumas pessoas da família tinha a hanseníase e não poderia deixar o restante da família pra trás então eles vinham junto com a pessoa que tinha hanseníase e essa pessoa era separada do restante da família e aí foi formando o Citrolândia. Tinha vez deles chamarem Limas, tinha vez que falavam isto, depois veio o Alto dos Limas e aí veio crescendo, foi criando os outros bairros de Citrolândia. [...] Essa na verdade é o que eu sei dessa história. E eu acho que é a verdadeira história. Meu pai mesmo teve a hanseníase [...] Ele falava que ele tinha que tratar. E ele não podia ficar lá porque de uma certa forma na época ele ia ser até marginalizado pelo restante da família, pelos parentes da região em que morava (Cravo) (Entrevista realizada em abril de 2019).

Nota-se o impasse experimentado pelos familiares. Por não terem a doença não podiam ser internados em conjunto, mas dependiam do membro levado para a internação na Colônia, restando como possibilidade de sobrevivência aos parentes que ficavam se dirigirem ao espaço mais próximo do internamento. Os familiares que tentavam permanecer em sua origem acabavam por se tornar alvo de preconceito nos grupos sociais dos quais faziam parte apesar da retirada do integrante que estava doente. [...] a minha avó materna, que ela veio pra cá atrás do marido, que tinham sido separados. Ela tava com duas filhas pequenas, tipo, três e quatro anos de idade e aí assim, ela naquela época ela não estava doente então ela teve que ficar aos arredores. Né? Ela ficou aqui no Citrolândia. E aí também eu acho que ela pensou assim vou ficar junto do meu marido custe o que custar. Só que não foi assim, aí ela teve que ficar alojada aqui, né, no Citrolândia e ...ela foi muito guerreira porque ela passou muito...assim quando a minha tia, a minha mãe contava mas a minha tia falava mais. É... as coisas que, tipo assim, a minha avó passou, coisas que você falava assim: o gente essa mulher era muito muito forte (Lavanda) (Entrevista realizada em junho de 2019).

Tal impasse evidencia o paradoxo que fundamenta o lugar. Ao mesmo tempo que o Citrolândia propiciava em seu espaço a reunião de pessoas com diversas origens e histórias, também era a fronteira que delimitava a separação entre o sujeito internado e o familiar.

Como se não bastasse, o grupo de familiares ainda tinha como experiência em comum a omissão estatal. Essa omissão ocorria pela ausência de suporte aos familiares das pessoas que eram internadas na Colônia que não recebiam nenhum auxílio, econômico ou assistencial por parte do Estado para a manutenção do grupo familiar pós retirada do membro, que geralmente, era o chefe de família.

Outro exemplo de omissão pelo poder público pode ser percebido a partir da fragilidade, praticamente a inexistência, de políticas públicas voltadas para o atendimento dos moradores do Citrolândia: até a década de 1960 a única escola existente no lugar era administrada pela ABAL - Associação Brasileira de Amparo a Leprosos, não havendo coleta de lixo, nem fornecimento de água encanada ou energia elétrica (TINOCO, et al., 1962).

<sup>6</sup>Havia um esboço de arruamento, a água utilizada era proveniente de cisterna, não havia fornecimento de energia elétrica, nem posto de saúde ou escola, a posteriori a ABAL – Associação Brasileira de Amparo à Leprosos, uma instituição de caridade e não governamental angariou apoio e implementou os primeiros serviços de educação e saúde de Limas/Citrolândia (TINOCO, et al., 1962).



Havia um custo material e simbólico ser arcado por estes familiares, pois, restava à eles apenas Citrolândia como espaço de proximidade para preservação dos vínculos afetivos e de distância da cidade em que sua sobrevivência se dava na completa ausência de condições mínimas para tanto<sup>6</sup>.

Assim como muitos. Daí foi aparecendo muita gente né. Vindo de fora pra aqui só que aí não sei o porquê que não internava lá na Colônia mas ficava aqui. É. Entendeu? [...] Podia ficar né, aqui. Em Citrolândia podia ficar. [...] Tinha a doença. Lá, lá pra lá mesmo é que não podia ficar, né? Porque teve, eles tiveram que largar tudo também. Largar tudo pra lá e vir embora porque eles eram discriminados pelos sadios lá. Então teve que vir. E como eu penso que, como Limas bem próximo da Colônia, aqui eles podiam ficar! Não tinha discriminação né (Margarida) (Entrevista realizada em julho de 2019).

É possível apontar pelos relatos acima que, apesar dos filhos e filhas não portarem a doença, estes também eram atingidos pela discriminação devido ao forte imaginário construído sobre a hanseníase que permeava a sociedade na época.

Aqui eu acho que era um porto seguro pra eles. Que era um lugar que eles puderam ficar com os filhos sem que ninguém, é... Foi que ninguém, assim, perturbasse né. Era o lugar que onde, virou um povoado né? Cada um comprou, foi comprando suas casinhas e tal. Moravam de aluguel também e tava perto da, do tratamento e tava perto dos filhos ao mesmo tempo. Eles não tinham muita expectativa de vida pra estar fora daqui (Edelvais) (Entrevista realizada em abril de 2019).

O estigma acarretado pelo imaginário do medo da doença direcionado às pessoas que viviam internadas na Colônia Santa Isabel foi assim se deslocando e se fixando no espaço adjacente configurando o Citrolândia como espaço diferenciado da cidade. Os moradores de Citrolândia mesmo sem portarem a hanseníase eram atingidos pelos efeitos do estigma que marcava aqueles que estavam internados em decorrência das relações de proximidade com a Colônia.

Daí a irrupção em algumas narrativas da vivência por parte dos moradores de Citrolândia de situações tanto de enfrentamento como de submissão à discriminação. Por meio dos relatos é possível perceber que os contatos e idas dos moradores do Citrolândia com a cidade de Betim eram mais frequentes do que daqueles que estavam internos na Colônia.

As falas dos primeiros a habitarem o Citrolândia que passaram a circular por outros territórios da cidade de Betim<sup>7</sup> revela como o acesso à ela era limitado e custoso. A moradora detalha abaixo a inexistência de transporte público de circulação pela/na cidade, a utilização improvisada de um tipo de transporte que se assemelhava a um carro de polícia e a ausência de infra estrutura urbana mínima:

Mas pra gente ir pra lá também foi um vereador que tinha aqui, Sr. Rafael Barbizan que arrumou um transporte. Parece um deputado pagava. [...] É. Aí ele conversou com o deputado ele

<sup>7</sup>No Citrolândia a escola só oferecia turmas até o quarto ano do ensino fundamental. A saída das crianças do Citrolândia para continuar os estudos na escola do Centro de Betim demandou mobilização junto a um vereador, Rafael Barbizan, já que a prefeitura não disponibilizou meios de transporte para que os alunos pudessem chegar à cidade, naquela época a mobilidade dos habitantes era restrita, havia duas linhas de transporte que se distribuíam em poucos horários em direção ao Centro de Betim e de Belo Horizonte.



pagava o ônibus pra levar a gente. O ônibus que levava a gente pro colégio era de Mário Campos! Aqui não tinha ônibus. Aqui tinha umas, umas... Tipo uns camburão! É. Tipo uns camburão de polícia aí atrás. É. Mas era igual... era um camburão mesmo! Aquelas ambulâncias antigas que tinha! Igual aqueles carros da polícia? Aí atrás eles colocavam um banquinho de madeira. Pra gente ir sentado, tinha uns que sentavam nos bancos e os outros que ia atrás. A gente já foi muito neste carro pro, lá pro Centro de Betim mas a gente tinha que ficar na caixa d'água, aqui em cima na BR [...] o carro ia pela BR e parava no, ali pra baixo do cemitério de Betim porque não podia entrar no Centro de Betim por ser daqui. [...] Na caixa d'água, a gente subia a pé! E era longe! Era muito longe. A gente... Eu não sei se você conhece o Amélia Santana... é longe. Então da caixa d'água ali, era até ali só que podia ir. E eu não sei quem que proibia. Se era polícia, se era prefeito, isso eu não... eu não sei te explicar. Eu não sei não. Eu só sei que o carro só podia ir até ali. E a gente descia a pé. Aí pra vir também tinha que subir a pé e esperar perto do cemitério, perto da BR, que esperava o carro pra ir embora. [...] Aqui também já tinha passado o trator, já tinha abrido rua e tal, só que não tinha asfalto e não tinha calçamento. [...] Não! Não! A gente... nesse camburão a gente esperava na José Mariano. Quando a gente ia, no primeiro ano que a gente foi estudar, que a gente ia no ônibus de Mário Campos, a gente tinha que esperar o ônibus lá na BR. [...] Não. Ele vinha pela estrada de Mário Campos. Aí vinha até na entrada de Citrolândia e a gente... porque não podia passar dentro da Colônia. Não sei porque. Ele não passava. [...] Era. Isso! Ou a gente descia lá na BR, aqui na entrada de Citrolândia ou a gente descia é... perto de uma fazenda que tinha aqui na estrada de Mário Campos e vinha a pé. A gente andava muito (Edelvais) (Entrevista realizada em abril de 2019).

A legitimação pública do imaginário construído sobre o lugar através de práticas discriminatórias não se realizava apenas através das reiteradas omissões do poder público, como eram frequentes no dia a dia dos moradores que ousavam frequentar o espaço da cidade. Tais práticas se manifestavam nos comentários ofensivos proferidos pelos outros grupos sociais que ocupavam o espaço da cidade: o lugar passou a ser reconhecido a partir dessa particularidade, que é essa relação de proximidade com a doença.

Os cidadãos que vivenciamos diversos espaços da/na cidade se apresentam como anônimos nas grandes metrópoles, porém em Betim, mais detidamente no caso dos moradores / frequentadores desta cidade, aqueles que eram oriundos de Citrolândia eram nominados e localizados, como demonstra a descrição a seguir.

Aí os alunos chegam em casa, que é filho de pessoas que tinham certo nome na cidade, vereadores, prefeito, advogado, médico, logo, tem menino do Citrolândia estudando com nós aqui no Amélia com nós. Falou como é que é? É. Mas não, não pode não. É de leproso. O que os pais vão fazer, um grupo de pais vai ao diretor, Rafael Martins era o diretor da época, ele era padre, depois largou a batina



e virou diretor de escola. Falou: não, eles trouxeram atestado! Tá aqui, eu tenho os atestados de todos eles. Só que é falso! Justamente. E os atestados estão aqui, o médico atestou que estão aptos a estudar. Não! Isso é tudo falso. Nós não aceitamos esses meninos aqui. Não pode estudar aqui. Vai pegar doença nos nossos filhos. E aí conversa vai, conversa vem, conversa vai, conversa vem, tinha um médico, doutor Manoel Aguiar, o cara já é falecido já também. Inclusive eu estudei com a filha dele lá nessa escola. Eles contratam ele pra ir lá na escola e examinar tudo nós de novo. Um por um. Peladão! Foi examinado. E era o médico de confiança deles né?! E se o diretor contratou só pode ser da confiança dele, só pode ser da confiança dele! Senão não adiantava! Não é verdade? Aí ele examina um por um e atesta. Está apto. E aí? Vai ter que nos engolir né?! (risos) (Cravo) (Entrevista realizada em abril de 2019).

A discriminação se manifestava sob enfoques ora distintos, ora misturados. No relato acima origina-se da idéia de que os alunos, ao residirem um espaço próximo do hospital-colônia poderiam se tornar agentes da contaminação dos filhos sadios, realizando uma distinção que fundamentava a prática discriminatória.

E aí a gente quando chegou lá, eles colocaram lá, fizeram uma sala com o pessoal daqui e já começou por aí né. Uma sala separada. Só que tinha na sala gente que não era daqui mas era gente que morava num lugar, um bairro pobre de Betim, que já chamava na época, hoje chama, esqueci como é que chama o bairro esse...chamava de “Buraco quente”. Então era uma favelinha entendeu? [...]como a gente era daqui, quando o ônibus entrava, passava nas ruas eles já começavam a gritar “ô leproso chegando”. Era sempre assim. A gente só era tratado assim. [...] nossa a gente só era chamado assim. Tinha até um rapaz que era fotógrafo em Betim. Nossa! Esse rapaz ele... um tal de Hélio... a gente tava sentado às vezes na porta de algum comércio, alguma coisa assim, esperando o ônibus, ele falava assim: “põe lepra aí não, ô turma de leproso” era só assim, a gente já tinha acostumado com aquela, doía muito, mas gente já sabia que ia... tava sendo sempre é... A gente ficava revoltado porque a gente não tinha. Mas a gente era de família que tinha e a gente não gostava que falava também, entendeu? Porque ninguém tinha a hanseníase ou a lepra como a gente falava, ninguém tinha isso porque queria, ninguém correu atrás da lepra pra buscar a lepra né. A lepra chegou e apareceu (Edelvais)(Entrevista realizada em abril de 2019).

No relato acima descrito é possível perceber as inúmeras formas de discriminação dirigidas aos moradores. A pobreza, ou melhor, o lugar da pobreza representado pela “favelinha” se mistura ao lugar dos vestígios da doença simbolizado pelo Citrolândia, mostrando-se patentes as hierarquias e separações socio espaciais refletidas na cidade de Betim.

Era uma coisa muito engraçada porque tem uma turma nossa é...ela tem, ela teve um acidente e ela perdeu um dedinho do pé e isso com 16, 17 anos ela não podia



usar sandália. Aí um dia ela acidentalmente tirou o tênis e alguém viu. Então assim já começou a fazer aquelas piadinhas. Depois essa mesma menina, a gente falou nossa você tem que...ela passou mertiolate na orelha porque o brinco tinha inflamado a orelha foi chegar na sala de aula (faz gestos exemplificando a brincadeira) Então assim sabe? A gente sempre via uma resistência, aí essas coisas foram, foram passando (Lavanda)(Entrevista realizada em junho de 2019).

Os moradores vivenciavam cotidianamente práticas preconceituosas ligadas ao imaginário construído por aqueles que não conheciam o Citrolândia, reproduzindo uma concepção negativa do lugar.

Uai! Nós estudamos ué. Tiveram que nos engolir! Estudar, fazer o quê? Não era fácil, sabe por que, deixa eu te explicar. Às vezes passava: “o cambada de leproso”, “tem que estudar lá na Colônia”. Falava isso. [...] E aí nós vamos passar por cima disso tudo. Formamos na 8ª série, vamo pro ensino médio, formamos no ensino médio (Cravo) (Entrevista realizada em abril de 2019).

As desigualdades de acesso aos bens materiais e simbólicos eram representadas nas figuras dos sujeitos, enquanto um problema de esfera pessoal, numa sociedade em que ações discriminatórias eram práticas correntes.

Ahhh assim, olha quando as escolas aqui, eu lembro mais isso na época dos meus filhos né, eles começaram a estudar aqui, aí quando não tinha mais aquela série pra eles seguirem, tinha que ir pro Centro né? [...] O, aí o quê que acontece estudar lá era ruim porque eles eram, eles eram, os meninos de lá desfaziam muito deles que sabia que morava aqui em Citrolândia. Eram discriminados assim: você é filho de doente! Ainda tinha isso, na época dos meus filhos lá! [...] Os meninos chegavam, aí inclusive eu, um dos meus filhos sempre ele fala assim: que quando ele, na escola, ele estudou com um dos filhos da, da como é que é, não sei se você conhece: madeira, lá do Centro? Você não deve conhecer...Então aí os meninos estudavam na mesma escola de um desses meninos, aí ele fala até hoje que ele tem um nervoso quando ele vê, que eles conhecem né. Ele lembra. Então ele falava assim: é, ahh(fulano), ó, o quê que você tá fazendo aqui? Você é filho de leproso! Porque na época falava lepra né. Não falava hanseníase. Então assim, menino com menino né, eles ficam com aquilo na cabeça toda vida, eles ficam lembrando daquilo. Eles, não mas era muito difícil pra estudar lá viu? Mas mesmo assim eles estudavam. Estudaram... (Margarida) (Entrevista realizada em julho de 2019).

Cabe ressaltar que os relatos acima descritos dizem respeito aos momentos finais da ditadura militar atingindo meados da década de 1980. Nesse sentido, é possível apontar que a existência de práticas autoritárias e desumanizantes compunham o cotidiano de grande parcela da população legitimadas na esfera pública pelo governo, que inclusive, sequer reconhecia tais práticas como expressões de violação de direitos, já que o alcance da idéia de cidadania era muito



limitado, sendo aplicado de forma populista na era do governo Vargas e na ditadura militar engravetada e substituída pelas práticas coercitivas que baseavam-se na lógica moral de “homem de bem”, que era se materializava na figura do indivíduo que provava ser trabalhador através da carteira com registro do empregador.

O contato entre aqueles que estavam isolados em decorrência da doença e o exterior era proibido e extremamente controlado, sendo o Citrolândia o lugar mais próximo para manter o tratamento, a guarda dos filhos e reduzir a exposição deles à intolerância e preconceito.

*[...] mas eles ficavam aqui mesmo, igual tô te falando, por causa do tratamento né, por causa do acompanhamento, pra ter mais facilidade, porque lá fora, fora daqui, era mais difícil, porque eles já tinham sequelas, pra eles estarem no meio de outras pessoas... Naquela época a lepra, eles falavam a lepra, a hanseníase hoje, é... Era uma doença que até hoje ela ainda espanta muita gente, muita gente tem medo, não tem conhecimento. Então assusta muita gente né? E naquela época era muito mais. Eles não tinham direito de sair daqui e ir até a cidade de Betim, eles eram presos no caminho né? Eles não podiam sair. E...então assim, era o lugar que eles tinham pra viver mais livre (Edelvais)(Entrevista realizada em abril de 2019).*

Tendo em vista o intenso controle estatal da vida privada dos sujeitos internos na Colônia Santa Isabel, os familiares que permaneciam em Limas / Citrolândia criavam artifícios para escaparem da regulação estatal.

E a gente assim, acho que você sabe disso, existia a corrente mas a gente existia situações em que a gente conseguia chegar até lá. Né? A gente saía a noite, chegava, acabava visitando assim. Pra gente era uma aventura e tanto, você sair assim, entre aspas, totalmente no pasto, totalmente escuro, criança. Né? Era uma aventura. Quando você chegava lá e tal e assim eu lembro que a gente ia sempre numas datas específicas, como o Natal, véspera do dia das mães e assim ela sempre tinha uma lembrancinha, alguma coisa, a gente achava aquilo muito divertido mas tinha aquela reflexão também: tipo assim, mas por quê? Por quê que a gente tem que fazer isso? Né? Quando a gente tem que atravessar a corrente, às vezes também, a gente tava num carro com um adulto e a gente tinha que se esconder no assoalho. Então a gente não sabe se o pessoal da portaria lá, da corrente eles faziam vista grossa (Lavanda) (Entrevista realizada em junho de 2019).

Visitava! Visitava. Nas épocas né? Assim, de Natal, né? Nessas épocas. Era. É dia dos pais né. Mas também tinha os horários né. Não podia ficar à vontade não. [...] O meu pai inclusive era guarda lá né? Era! Não tinha jeito não! Ele era, ele foi guarda lá muitos anos (Margarida) (Entrevista realizada em julho de 2019).

As fronteiras delimitadas entre a cidade ideal expressa pela Colônia,areal manifestadapela cidade de Betim e a vivida representada pelo Citrolândia são fluidas e ilustram as contradições que permeiam as relações na/da cidade. A proximidadeentre os moradores da Colônia e Citrolândia



demonstra que agregado à conexão existente induzida pela doença haveria um processo particular de compartilhamento de memórias por meio da experiência histórica da discriminação.

Dessa relação entre opostos se deslinda um par contraditório, compreendido como um conjunto de dois lugares ligados a uma problemática em comum. A Colônia como cidadela construída para fins de separação e o Citrolândia enquanto espaço de reunificação.

A permanência da segregação de Limas/Citrolândia em relação à cidade de Betim sob o simulacro de “lugar perigoso” nos dias de hoje revelam o “embate primordial no cenário da cidade” (BATISTA, 2010), em que a persistência de traços autoritários no trato da questão social demonstra o “eterno retorno do recalcado na nossa memória urbana e coletiva: esconder, exterminar o selvagem que tão densamente nos habita” (BATISTA, 2010). As desigualdades estruturais que configuram a sociedade brasileira na atualidade reaparecem sob a forma da pobreza persistente que permanece como algo a ser ocultado na paisagem das cidades.

Dito de outra maneira, os moradores, ao ressignificarem pela memória a intensa relação deste par contraditório objetivado e subjetivado pelo lugar, no qual o Citrolândia é percebido e vivenciado como um espaço que se estabelece na interseção entre o projeto (Colônia) e o real (Betim), demonstram a complexidade das relações sociais construídas no espaço urbano, em que “o passado que retorna de alguma forma não passou, continua ativo e atual e, portanto, muito mais do que reencontrado, ele é retomado, recriado, reatualizado” (SEIXAS, 2001 p. 49).

### Referências Bibliográficas

- BATISTA, Vera Malaguti. **Memória e medo na cidade do Rio de Janeiro**. O olho da história. junho de 2010, Vol. 14, 2010. pp. 1-10.
- BONDUKI, N. (2004) *Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade.
- BETIM, Prefeitura Municipal. **Cadernos da Memória**: patrimônio cultural da Regional Citrolândia. Betim : Paulinelli, 2010. p. 100. Organização de Ana Cláudia Gomes; colaboração de Adriana de Araújo Lisboa e Otília Sales Neta. 2010. CDD 350.85.
- BRASIL, Presidência da República e Secretaria de Direitos Humanos. 2012. **Relatório Preliminar do Grupo de Trabalho Interno**: Filhos segregados de pais ex-portadores de hanseníase submetidos à política de isolamento compulsório. Comissão Interministerial de Avaliação. Brasília : s.n., 2012. p. 27.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço-tempo da práxis urbana na modernidade**. Boletim Paulista de Geografia. 2018. pp. 1-16.
- . *O lugar do/no mundo*. São Paulo : Labur Edições, 2007. p. 85.
- LANA, Francisco Carlos Félix. **Políticas sanitárias em hanseníase**: história social e cidadania. Tese (Doutorado) apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto e São Paulo da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto : s.n., 1997. p. 308.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. [trad.] Margarida Maria de ANDRADE e Sérgio MARTINS. Belo Horizonte : UFMG, 2008. p. 192.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história**. A problemática dos lugares. Proj. História. dez de 1993, pp. 7-28. Tradução: Yara Aun Khoury.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. 1992, Vol. 5, pp. 200-212. Tradução de Monique Augras e edição de Dora Rocha.
- CAIAFA, Janice. **Produção comunicativa e experiência urbana**. XXVIII Congresso Brasileiro da Ciência da

